
A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930-1950)

The methodological appropriation of pioneer fringe in the formation of the Brazilian Geography (1930-1950)

La apropiación metodológica de los frentes pioneros en la formación de la Geografía Brasileira (1930-1950)

L'appropriation méthodologique des frange pionnière dans la formation de la Géographie Brésilienne (1930-1950)

Carlo Eugênio Nogueira



Electronic version

URL: <http://terra-brasilis.revues.org/1480>

DOI: 10.4000/terra-brasilis.1480

ISSN: 2316-7793

Publisher:

Laboratório de Geografia Política -
Universidade de São Paulo, Rede Brasileira
de História da Geografia e Geografia
Histórica

Electronic reference

Carlo Eugênio Nogueira, « A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930-1950) », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 5 | 2015, posto online no dia 17 Dezembro 2015, consultado o 30 Setembro 2016. URL : <http://terra-brasilis.revues.org/1480> ; DOI : 10.4000/terra-brasilis.1480

This text was automatically generated on 30 septembre 2016.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930-1950)

The methodological appropriation of pioneer fringe in the formation of the Brazilian Geography (1930-1950)

La apropiación metodológica de los frentes pioneros en la formación de la Geografía Brasileira (1930-1950)

L'appropriation méthodologique des frange pionnière dans la formation de la Géographie Brésilienne (1930-1950)

Carlo Eugênio Nogueira

Introdução

- 1 Considerando que o conjunto dos estudos geográficos sobre as frentes pioneiras pode ser compreendido como uma modalidade discursiva que se utiliza preponderantemente de conceitos de base espacial, tais como fronteira, paisagem e região, para elaborar explicações sobre o Brasil, aventa-se nesse artigo que a análise da geografia acadêmica, uma das mais evidentes expressões do discurso científico sobre o espaço (Moraes, 1988), possibilita rastrear a estruturação de uma explicação especificamente geográfica para inúmeras questões postas como fundamentais para o país na primeira metade do século XX, como o debate sobre qual o melhor caminho para o desenvolvimento econômico, o problema do povoamento e colonização de áreas até então pouco ou nada ocupadas e a necessidade geoestratégica de integração política e econômica das afastadas regiões que compunham o território.
- 2 Com o tema da formação territorial do Brasil (Moraes, 2011) como pano de fundo, a construção da noção de frente ou franja pioneira nos escritos de Pierre Monbeig oferece descrições explicativas para muitos desses temas, revelando de maneira consistente o

modo como a geografia acadêmica poderia participar das discussões então colocadas pelo pensamento político-social (Nogueira, 2012). Nessa direção, pode-se dizer que ao trazer a lume a linha formativa de composição de uma explicação geográfica sobre o fenômeno do pioneirismo no âmbito do Departamento de Geografia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) entre as décadas de 1930 e 1950, procuramos avaliar aqui a relação existente entre a expansão espacial do povoamento ocorrida no Brasil na primeira metade do século XX e o processo de formação territorial do país.

- 3 Partindo da análise direta dos escritos do geógrafo francês publicados entre as décadas de 1930 e 1950 (Monbeig, 1940; 1952; 1957), este trabalho procura apontar de que maneira a descrição explicativa das franjas pioneiras como áreas de movimentação de fronteiras dinamizadas pela interiorização da colonização, que impulsionou a fundação de cidades, o desmatamento de florestas e a abertura de campos de cultivo e pastos, comporta igualmente uma análise sobre o processo de construção dos sistemas de engenharia que conseguiram consolidar nexos de solidariedade entre distintos lugares (Santos, 1994; 2002), garantindo maior fluidez e integração a um território que passava por bruscas alterações em sua configuração espacial para se adequar às novas necessidades surgidas com a expansão territorial do capitalismo no Brasil (Santos, 2010).
- 4 Expressivamente, a década de 1930 pode ser tomada como um ponto de inflexão da geografia brasileira pela atuação de algumas figuras de incontestável proeminência, como Pierre Monbeig, cuja obra é de algum modo continuada por discípulos mais próximos – o que indica a rotinização da produção científica da geografia, que a partir de então passa a ser praticada e consagrada fundamentada em novos parâmetros. Sua atuação como pesquisador, aliada às suas preocupações didáticas enquanto docente, fez com que sua obra aparecesse como um modelo de escrita dentro do espaço acadêmico-universitário brasileiro, direcionando estudos e consolidando linhas de pesquisa aparentadas que contavam com um vocabulário conceitual único, circunstância que expressa a formação de alguns denominadores comuns entre sua obra e as que a sucedem temporalmente.
- 5 Em vista disso, a categoria formação, tal como aparece num esclarecedor ensaio de Paulo Arantes (1997) sobre Antonio Candido, talvez possa ser tomada como o giro explicativo que permite reconhecer um ponto de convergência a unificar a discussão. Comentando o uso metodológico que o crítico paulista dá a essa categoria em sua obra “Formação da Literatura Brasileira”, Paulo Arantes sublinha a diferenciação levada a cabo por Candido entre literatura e manifestação literária:

Ao distinguir entre *manifestações literárias* avulsas – a cifra mesma da tenuidade brasileira – e *literatura* propriamente dita, encarada como um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns que fazem dela um aspecto orgânico da civilização, um fato de cultura que não surge pronto e acabado, antes se configura ao longo de um *processo cumulativo* de articulação entre sociedade e adensamento artístico, ao rever nesses termos a constituição de uma continuidade literária no Brasil, Antonio Candido dava enfim forma metódica ao conteúdo básico da experiência intelectual brasileira. Mais exatamente, pondo em evidência elementos da assim chamada formação nacional, que alimentavam as escolhas estéticas dos escritores, acabava desentranhando do fato bruto, a que se resumia a referida formação nacional, o fio condutor de uma outra linha de força formativa, vir-a-ser de um sistema cultural que na sua trajetória ia aos poucos convertendo surtos desgarrados em vida literária efetiva (Arantes, 1997: 21-22).

- 6 No esquema interpretativo de Antonio Candido visto por Paulo Arantes, a contribuição isolada de um ou vários autores, ainda que seja relevante do ponto de vista estético, social

ou qualquer outro parâmetro de avaliação crítica que se adote, não forma um sistema literário, e isso principalmente pela falta dos importantes denominadores comuns, que teriam a função de estabelecer um elo de ligação entre as distintas obras, articulando entre elas um ar de família que permitiria a identificação de uma tradição, observada principalmente no aspecto de continuidade e rotinização da produção artística, a partir do qual as obras produzidas em um dado momento influiriam na elaboração de outras, fechando a tessitura do sistema. Alçada à sua expressão metodológica, a categoria formação ultrapassaria o conjunto ensimesmado das manifestações literárias ditas de alta cultura, adentrando o universo cultural da acumulação da produção literária como um todo por um viés que indaga a própria possibilidade de existência de atividade intelectual na periferia da economia-mundo capitalista (Arantes, 1997; Arruda, 2004; Candido, 1987).

- 7 Posto isso, a hipótese aqui trabalhada revela a possibilidade de compreender a obra de Pierre Monbeig e seus discípulos nos termos básicos da chave interpretativa utilizada por Antonio Candido para identificar a consolidação da literatura brasileira, pois a influência que o trabalho de Monbeig indiscutivelmente exerceu para a primeira geração de geógrafos formados nas universidades brasileiras, principalmente em São Paulo, pode ser sem dúvida entendida como um marco que permite diferenciar essa fase da geografia brasileira dos períodos anteriores, marcados pela presença de contribuições isoladas e esparsas que, embora relevantes e passíveis de análise em si mesmas, não chegaram a gerar um sistema orgânico de obras dentro do campo disciplinar. Assim, da mesma maneira que Candido diferencia um sistema literário das manifestações literárias avulsas, pode-se também distinguir, tendo como parâmetro o campo geográfico, as manifestações artísticas, literárias e filosóficas que formulam um discurso culto sobre o espaço, o chamado pensamento geográfico, do discurso mais coeso da geografia científica ou acadêmica *stricto sensu*, que aparece como uma modalidade discursiva passível de ser apreendida enquanto produto social delimitado historicamente e culturalmente (Escolar, 1996; Moraes, 1988).
- 8 O sentido de grupo professado de um modo particular pelos geógrafos vinculados à FFCL/USP (Andrade, 1987; Bernardes, 1982), perceptível nas escolhas temáticas, nos procedimentos de pesquisa e no arcabouço metodológico de predominante sotaque francês, permite que se enxergue ali a germinação de um conjunto de obras interligadas por certos denominadores comuns, tais como a predileção pelos conceitos de paisagem, região e *habitat*, a concepção da geografia como ciência de síntese que privilegia as relações homem-meio, a importância conferida ao trabalho de campo e as metáforas organicistas que estabelecem analogias entre os fenômenos físicos-naturais e as relações sociais, já que as últimas, esvaziadas de sentido crítico, seriam em grande medida condicionadas pelos primeiros.
- 9 Os resultados concretos da chamada geografia moderna assim praticada, conforme foi observado por outros comentadores (Monteiro, 1980), adquirem plena maturidade tanto nas teses defendidas na USP nas décadas de 1940 e 1950, quanto nos trabalhos dos geógrafos brasileiros apresentados durante o encontro internacional de geografia da União Geográfica Internacional (UGI), ocorrido no Rio de Janeiro, em 1956, sendo pois absolutamente factível que se compreenda a geografia acadêmica surgida com a consolidação institucional dos cursos universitários como uma componente do imaginário espacial professado abertamente no Brasil durante o período enfocado (Maia, 2008; Oliveira, 2000; 2011).

- 10 Enfim, esse trabalho busca esclarecer se realmente é possível falar de uma linhagem comum entre o mestre e os alunos que, sob sua orientação direta ou inspiração básica, defenderam trabalhos de pós-graduação ao longo das décadas de 1940 e 1950, como Ary França (1951; 1960), Nice Lecocq Müller (1951) e José Ribeiro de Araújo Filho (1950). Apreciando em detalhe os trabalhos de Müller (1951) e Araújo (1950), pretende-se dar seguimento à ideia de que ao tomar o fenômeno do pioneirismo como um parâmetro de regionalização para o estado de São Paulo (Nogueira, 2013), esse grupo de geógrafos, todos futuros professores da USP, construíram um indicador palpável para avaliar o nível de desenvolvimento dos lugares, visto que era então comum examinar o atraso ou o avanço das paisagens paulistas tendo-se como referencial a herança exercida pela ação ou pela ausência dos fatores que acompanhavam a atividade cafeeira.
- 11 A bem dizer, considera-se que a concepção do pioneirismo, entendida como um dos principais vetores da modernidade no território brasileiro, forneceu a estes geógrafos um parâmetro avaliativo para o processo de formação territorial de São Paulo e do país, originando a produção de obras que apresentam uma linguagem ou estilo comum que acaba por conferir aos trabalhos daqueles que mais diretamente se apropriaram das referências metodológicas presentes nos trabalhos de Monbeig um indiscutível ar de família, quando menos, perceptível pela circunstância de a maior parte deles tomar os escritos de Monbeig como o exemplo acabado do que deveria ser um trabalho científico em geografia, do qual a monografia regional descritivo-explicativa, apoiada em farto material cartográfico e iconográfico conseguido por meio das observações diretas efetuadas no campo, seria o epítome.
- 12 Especificamente, tenta-se compreender em que medida alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos contidos na noção de franja pioneira foram internalizados e retrabalhados pela primeira geração de geógrafos universitários formada em São Paulo, ganhando uma nova leitura na feitura de suas obras posteriores, dedicadas em boa medida a avaliar questões atinentes ao nível de desenvolvimento do espaço agrário paulista. A propósito, tendo em conta que a atividade econômica era considerada o principal móvel do processo de apropriação e consequente transformação dos meios naturais em paisagens culturais modernas, como então se dizia, indicaremos nesse artigo de que maneira o modo de fazer geografia legado por Monbeig adquire continuidade na prática científica daqueles que frequentaram seus cursos e participaram das excursões de campo por ele comandadas, compartilhando dos termos gerais presentes em sua concepção de geografia mesmo após terem assumido posições institucionais de relevo dentro da estrutura do Departamento de Geografia da FFCL-USP.
- 13 Ao fim e ao cabo, as discussões empreendidas pelos geógrafos uspianos, bem ou mal unificadas pelo tema do pioneirismo, podem indicar que a valorização dos fatores econômicos no processo de organização regional das paisagens, mesmo que feita a partir de um viés linear, que considerava o processo de formação territorial de maneira evolutiva, muitas vezes naturalizando as relações sociais e desconsiderando os conflitos existentes, mostrava uma preocupação ímpar em desvendar as alterações que a consolidação de uma nova estrutura social e econômica impunham às paisagens e populações tidas como tradicionais, revelando de que maneira o desenvolvimento geograficamente desigual do capitalismo (Harvey, 2004; Smith, 2008) brasileiro podia ser observado, descrito e explicado pela geografia acadêmica recém institucionalizada, que participava assim do debate mais amplo posto pelo pensamento político-social do período (Brandão, 2007).

- 14 Como se pretende na medida no possível demonstrar, esse tipo de arranjo explicativo, fundamentado nas excursões que tinham o intuito de validar as hipóteses elaboradas em gabinete com observações efetuadas no terreno, consegue integrar numa mesma chave os elementos mais representativos do enquadramento proposto por Monbeig em suas análises acerca do fenômeno do pioneirismo, a saber: a) a valorização da história e das temporalidades na construção da interpretação geográfica do real; b) a importância das técnicas e do nível de civilização dos grupos humanos na estruturação e organização das paisagens; e c) o papel das vias de comunicação para a consecução de um desenvolvimento econômico capaz de impulsionar alterações substanciais na configuração espacial das áreas analisadas.

Geografia histórica e formação territorial

- 15 Sem nos demorar em demasia nas relações entre a geografia e a história, seria importante frisar a proximidade de Monbeig com o historiadores do grupo dos *Annales*, principalmente Marc Bloch e Lucien Febvre, seus professores em Paris e interlocutores privilegiados dos geógrafos junto às outras ciências humanas no meio universitário francês, e Fernand Braudel, é claro, amigo para a toda vida que conheceu em São Paulo (Burke, 1997; Dosse, 2004). Além desses nomes, cumpre lembrar que Albert Demangeon, seu primeiro orientador, é o verdadeiro responsável pela aproximação do círculo de afinidades dos geógrafos da Sorbonne com o grupo intelectual dos *Annales*. Com efeito, em um artigo escrito originalmente como introdução da obra *Traité de Géographie Humaine*, que sua morte deixou inacabada, Demangeon propõe dar um sentido à geografia humana, cujo progresso remontaria ao próprio avanço do conhecimento sistematizado sobre o globo terrestre, definindo-a, por aproximações, como o estudo dos grupos humanos em suas relações com o meio geográfico, termo que acha mais apropriado e amplo do que o genérico “meio físico”, porquanto permite considerar a história da ação contínua das sociedades humanas sobre a natureza (Demangeon, 1942).
- 16 Depois de definir o objeto de estudos da geografia humana, Demangeon (1942) passa a descrever os três princípios gerais que regeriam seu método: o princípio da causalidade, que age de maneira diversa nos fenômenos sociais quando comparados com a geografia física, pois os fatores naturais não exerceriam um total condicionamento das atividades humanas; o princípio que sustenta a necessidade de a geografia produzir seu conhecimento a partir de uma base territorial, visto que nenhuma sociedade pode ser estudada fora do solo que habita e lhe serve de fundamento; e o princípio que defende as vantagens de se recorrer ao estudo do passado de um grupo social para bem explicar os fatos da geografia humana.¹
- 17 Decerto, a dificuldade em enquadrar uma sociedade em movimento, como ele qualificava a sociedade brasileira em geral, e a paulista em particular, num estudo regional clássico preocupado com o gênero de vida, mais adequado para descrever as paisagens de longa duração do Velho Continente, não deve mascarar a importância da história e das temporalidades na apreciação que Monbeig faz das movimentações pioneiras dinamizadas com a expansão das plantações de café e algodão (Roncayolo, 2006), já que esse traço da geografia por ele praticada certamente pesa na valorização conferida à história na estruturação das paisagens, ou melhor, na definição dos conteúdos e dinâmicas que as animam.

- 18 Explicitamente, Monbeig se refere ao uso da história na explicação das paisagens em duas conferências de extensão universitária intituladas, respectivamente, “Paisagens agrícolas: o exemplo do Mediterrâneo”, proferida na FFCL/USP, no ano de 1937, e “A paisagem, espelho de uma civilização”, realizada na mesma instituição e local, em 1939. Na primeira delas, diz que a paisagem adquire cidadania científica plena apenas com a geografia moderna, que a constitui desde o início do século XIX como seu campo de trabalho exclusivo, o seu domínio particular, afirmando que um dos exemplos cristalinos da evolução das paisagens devido ao avanço das técnicas de intervenção humana podia ser encontrado exatamente em São Paulo, onde, num período de duas a três décadas, as paisagens simples e monótonas das fazendas de café escravocratas, tradicionalmente monocultoras, cediam lugar a uma paisagem mais equilibrada, com laranjais, terras aradas para o algodão ou campos com hortaliças (Monbeig, 1940).
- 19 Essas considerações foram retomadas e desenvolvidas na conferência posterior, que cunha em seu título uma expressão que resume em termos precisos as indicações metodológicas de La Blache, quais sejam, a de se tomar a paisagem como um “espelho da civilização”, isto é, como o reflexo do nível de desenvolvimento técnico de uma sociedade ou povo, consequência do domínio progressivo exercido por um grupo humano sobre uma área natural que lhe serve de espaço de vivência ao longo da história. De fato, ao notar novamente que a geografia moderna recobra com vigor o interesse científico sobre as paisagens, documentação geográfica verdadeiramente humana, que revelam a ação das sociedades sobre o meio natural, Monbeig diz, na conferência de 1939, que “A história e o método do historiador de hoje podem levar-nos a uma explicação: para julgar-se uma obra humana é necessário recolocá-la no seu meio histórico” (Monbeig, 1940: 234).
- 20 Ao final, num exercício prático do tradicional princípio da analogia, Monbeig indaga aos ouvintes acerca da validade científica em se estabelecer, para países novos e de povoamento rarefeito como o Brasil, “onde as civilizações conservaram-se primitivas [e] (...) nos quais a vitória dos homens sobre a natureza data de ontem, de hoje mesmo” (Monbeig, 1940: 244), as mesmas relações entabuladas entre o nível de desenvolvimento das técnicas, o peso das conjunturas históricas e a formação de paisagens utilizadas para fundamentar a descrição explicativa das paisagens culturais existentes na Europa.
- 21 Para ele, a análise das paisagens modeladas nas chamadas regiões novas, alvo prioritário do dinamismo pioneiro, apareceriam como o caso de maior interesse para os geógrafos, que em viagens separadas por poucos anos de diferença conseguiriam surpreender empiricamente as alterações efetuadas nas paisagens de antanho, pois entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX novos cenários e relações sociais foram criados, deixando para trás um passado colonial recente com a mesma rapidez com que se derrubavam florestas e se abandonavam antigas fazendas.²
- 22 Com efeito, esse enquadramento seria retomado em sua tese de doutoramento, redigida ao longo da década de 1940 e originalmente apresentada, em 1950, na Universidade de Paris, sob o título *Marche de peuplement et pionniers de São Paulo*. Publicada em livro no ano de 1952 com o título *Pionniers et planteurs de São Paulo*, ela foi traduzida para o português por dois de seus ex-alunos, Ary França e Raul de Andrada e Silva, somente em 1984, demora que não deixa de ser intrigante, haja vista a penetração e influência do autor na geografia brasileira. De todo modo, esse trabalho é um registro fiel da maturação do trabalho de pesquisa didático e científico desenvolvido pelo professor durante sua estadia em São Paulo. Em verdade, o livro tem até mesmo uma faceta de trabalho coletivo, uma

vez que a presença de estudantes e outros professores que gravitavam próximos à cadeira de Geografia Humana da USP era constante nas viagens de campo empreendidas.

- 23 Nesse trabalho, as progressivas modificações verificadas nas direções e no conteúdo das frentes pioneiras em momentos distintos ilustram claramente como as mudanças substanciais pelas quais passava a sociedade brasileira tiveram um imediato reflexo no processo de organização espacial do mundo pioneiro, dando origem a dois tipos distintos de paisagem: um tipo de paisagem residual mais ligado ao antigo mundo dos senhores de escravos, que se concentrava nas chamadas “regiões velhas”, e um outro tipo de paisagem moderna, o das “regiões novas” do oeste paulista e norte do Paraná, que mesmo mantendo ainda a grande fazenda como forma básica de ocupação do solo, já dava sinais de alterações em seu conteúdo (Monbeig, 1952).
- 24 No caso, a caracterização de uma região como dinâmica ou decadente, termos que diziam respeito à prosperidade das atividades econômicas desenvolvidas em cada área, é um critério de diferenciação espacial que somente ganha sentido se se leva em conta o início da colonização engendrada em São Paulo pela expansão das lavouras de café e algodão, pois uma área seria considerada dinâmica ou decadente sempre em relação às zonas pioneiras que apresentavam maiores níveis de produtividade, assim como o povoamento só poderia ser visto como recente ou antigo tendo-se no horizonte o início do afluxo das levas de migrantes estrangeiros e nacionais ocupados com a abertura das frentes pioneiras desde o século XIX.
- 25 Isso quer dizer que uma região como a do vale do rio Paraíba, imemorial área de passagem entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que havia sido a primeira e assistir à marcha dos cafezais no início do século XIX, podia sem problemas ser considerada, ao alvorecer da década de 1940, uma região de povoamento antigo que apresentava sinais de decadência após o esgotamento dos solos causado por uma cultura caracterizada pelo uso intensivo de recursos naturais, com a involução das atividades econômicas e a fuga dos habitantes para outras áreas. Nesse registro, as paisagens organizadas quando da época áurea do ciclo cafeeiro ainda no século XIX, com seus casarões, fazendas e antigos campos de cultivo, apareceriam num momento seguinte como paisagens residuais, que para os observadores ostentavam um claro aspecto de abandono e regressão das atividades.
- 26 Não obstante, a partir da década de 1950, com o desenvolvimento da indústria, a urbanização das capitais paulista e fluminense e a construção da nova estrada de rodagem entre as duas maiores cidades do Brasil, houve uma recuperação econômica e demográfica de muitas das cidades que já haviam sido alcunhadas de “mortas” no início do século XX, o que deu início a um processo de reaproveitamento dessas antigas paisagens, que foram refuncionalizadas a partir das novas demandas colocadas por uma estrutura social, política e econômica cada vez mais hegemonizada pelas relações capitalistas em expansão e puderam “rejuvenescer”, modificando as relações estabelecidas entre o meio geográfico e os grupos humanos.
- 27 Seja como for, de maneira idêntica ao que ocorria na maior parte dos trabalhos inspirados no modelo regional cunhado por Albert Demangeon e Raoul Blanchard, também nas teses de doutoramento dos geógrafos brasileiros a ordem de exposição dos assuntos seguia a sequência básica quadro natural, história, homens e atividades, generalizada para praticamente toda a produção geográfica brasileira acerca do mundo agrário nas décadas de 1940 e 1950, período definido como os anos dourados da geografia agrária brasileira (Ferreira, 2002).

- 28 Iniciando-se pela descrição do sítio, com atenção à caracterização do meio natural em suas principais linhas, ou seja, pelas formas de relevo, pelo tipo de vegetação e pelo clima predominante, fatores que ajudariam a delimitar o espaço-objeto do qual se vai falar mais a fundo, seguiam-se observações sobre o histórico do povoamento, o que era feito por meio dos relatos de viajantes estrangeiros ou nacionais que visitaram o país ao longo do século XIX e com o recurso dos raros documentos estatísticos e cartográficos existentes. Neste capítulo sobre o povoamento antigo, era comum incluir referências sobre as rotas de desbravamento e os primevos núcleos fixos de população, tidos como os responsáveis pela abertura da região incorporada ao domínio dos grupos humanos.
- 29 Após a reconstrução do processo de conquista dos meios naturais pelos grupos humanos, que podia também comportar indicações acerca dos ciclos econômicos mais importantes desenvolvidos na área analisada, desembocava-se na análise da evolução das paisagens, o que era feito sobretudo através da apreciação do estágio atual da economia regional, avaliando-se a situação da localidade escolhida em relação à circulação, pois isso influenciaria sobremaneira o nível da produção e o alcance da comercialização dos principais gêneros agrícolas ou industriais regionalmente considerados. Por fim, ao tratar dos aspectos mais próximos da geografia humana, era inescapável também fazer indicações sobre a estrutura agrária e o *habitat*, o que incluía avaliações sobre os tipos de habitação e indicações acerca da relação estabelecida entre as moradias e os gêneros de vida locais.
- 30 Nesse detalhe, urge notar que a identificação dos chamados tipos tradicionais que cada autor observa em sua área de estudos com as formas singulares de gênero de vida que se teriam desenvolvido ao longo dos séculos de colonização pelos quais passaram os trópicos brasileiros, não é um procedimento utilizado abertamente por Monbeig, que notava os perigos de se transplantar procedimentos de pesquisa consagrados na Europa para a análise das situações observadas em países de colonização recente. Embora Monbeig se utilizasse da expressão *caboclo* como modo de qualificar os descendentes dos antigos colonizadores lusitanos, isto é, para identificar a população encontrada no país antes das levadas de imigrantes estrangeiros terem tomado conta dos planaltos ocidentais paulistas e norte-paranaenses, ele estava longe de estabelecer uma relação direta entre os tipos tradicionais, os gêneros de vida e os meios naturais por eles ocupados tal como esta podia ser encontrada nos escritos de seus discípulos, que sem dúvida herdaram esse modo de apreensão da realidade brasileira de outro francês: Pierre Deffontaines.

Os gêneros de vida e os tipos tradicionais

- 31 A Revista Brasileira de Geografia (RBG), publicada desde 1938 pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) com o objetivo de produzir e divulgar estudos originais sobre a realidade brasileira, enfatizando a relação dos grupos humanos com os meios naturais, foi fundada num momento em que o processo de construção da identidade nacional comandado pelo Estado ancorava-se nas particularidades de cada região, ação que revela o intuito de esvaziar a articulação política das antigas oligarquias estaduais por meio do fortalecimento de um regionalismo cultural que concebia a identidade brasileira como a soma das identidades regionais. De fato, a partir de seu quarto número, a RBG, num esforço de representar os matizes geográficos mais característicos do país, passou a publicar a seção “Tipos e aspectos do Brasil”, constituída por imagens de paisagens ou pelos chamados tipos tradicionais da população retratados pelo artista Percy Lau, que se

faziam acompanhar de pequenos textos redigidos por técnicos e especialistas do próprio CNG (Salgueiro, 2005).

- 32 Uma vez que a iniciativa teve uma boa acolhida do público em geral, a partir de 1940 os textos e desenhos da seção “Tipos e aspectos” são organizados em uma coletânea, dando origem a um livro que foi sendo progressivamente aumentado com o passar dos anos, dada a continuidade da seção na RBG. Ora, em seu livro “Geografia Humana do Brasil”, lançado em 1940 e também originado de um conjunto de artigos publicados na RBG, Pierre Deffontaines dedica todo um capítulo à análise do efetivo humano do Brasil. Ali, destaca-se desde logo a parte intitulada “Os personagens-tipo”, claramente inspirada na seção do periódico do CNG acima referida. Com efeito, Deffontaines afirma que uma região humana definir-se-ia fundamentalmente:
- 33 Nos trabalhos dos geógrafos uspianos os personagens-tipo surgem num registro bem próximo ao encontrado nos escritos deste discípulo de Jean Brunhes. Contudo, é bom que se diga que acompanhando uma alteração ocorrida no pensamento político-social brasileiro no início do século XX, expressa por meio dos escritos de Gilberto Freyre e Josué de Castro, entre outros, os geógrafos que escreveram seus trabalhos ao longo das décadas de 1940 e 1950 não consideravam que tais elementos demográficos fossem preguiçosos, tampouco concordando acerca da disponibilidade ilimitada de recursos naturais tropicais que manteriam a suficiência de seus hábitos alimentares, salientando a situação de miséria e a extrema pobreza em que vivia a maior parte desses habitantes, que tinham o aspecto físico de doentes subnutridos. Assim, o planejamento e a introdução de novas técnicas agrárias eram os caminhos apontados como os ideais para solucionar o atraso das paisagens e das populações tradicionais.³
- 34 Partindo da definição de gênero de vida como o conjunto de técnicas desenvolvidas no exercício de uma ação contínua e metódica dos grupos humanos sobre a natureza (Sorre, 1984), veremos a seguir de que maneira a expansão da colonização e do povoamento impulsionada pelas frentes pioneiras, que catalisou intensas modificações nas antigas relações de acomodação existentes entre as formas de ocupação desenvolvidas secularmente nos trópicos brasileiros e os meios naturais que lhes serviam de suporte, foi apreciada nos trabalhos de doutoramento dos geógrafos paulistas. No geral, todos empreendiam uma tentativa de examinar as mudanças ocorridas em gêneros de vida historicamente arraigados a partir de uma série de procedimentos similares: primeiramente, faziam a reconstrução temporal das relações sociais e das paisagens, como uma verdadeira monografia de geografia histórica clássica, uma vez que descreviam em minúcias a configuração territorial de seu espaço-objeto numa dada seção temporal, que ficava restrita aos períodos cobertos pelas raras fontes primárias que continham dados estatísticos.
- 35 Após terem estabelecido em linhas gerais a dinâmica que teria resultado em uma determinada configuração espacial em épocas anteriores, num exercício de reconstrução das geografias passadas não muito afastado das propostas do inglês H.C. Darby (1953), passavam então a analisar de que maneira o desenvolvimento (ou não) de uma nova atividade econômica influenciava a evolução dos gêneros de vida e a organização das paisagens do presente, verificando se tais elementos geográficos haviam se modernizado pela consolidação de uma nova estrutura econômica e social ou, ao contrário, se os fatores humanos que garantiam a dinâmica paisagística haviam regredido e entrado em decadência. Nesse registro, percebe-se que do ponto de vista do arranjo explicativo

projetado, o interesse estava no presente, mas era a história que punha as paisagens em movimento, permitindo avaliar o nascimento e a formação de unidades regionais. Ao final, nas conclusões, apontava-se então possíveis soluções para cada caso, num belo exemplo do papel utilitário da geografia.⁴

A importância das técnicas: o café como fator de regionalização

- 36 Pela similaridade com o tratamento conferido ao tema por Monbeig, iniciemos comentando o trabalho de Nice Lecocq Müller, cujo título é “Sítios e sitiantes no estado de São Paulo”. Apresentado em 1946 à cadeira de Geografia Humana, o trabalho foi publicado sem modificações somente em 1951. Filiando-se ao ramo de estudos da geografia humana, “que tem por escopo o estudo das inter-relações entre as sociedades humanas e os fatores do meio natural” (Müller, 1951: 11), o estudo de Nice Lecocq preocupava-se especificamente com o meio rural, concebido como “aquele cuja população vive diretamente da exploração do solo sob as formas da agricultura, pastoreio ou coleta” (Ibidem: 12). Em pormenor, questionava-se sobre o surgimento de um elemento demográfico novo no tradicional mundo rural paulista: o sitiante, pequeno produtor rural que praticava a policultura.
- 37 Aqui, pode-se perceber a influência do fenômeno do pioneirismo na definição de seu objeto de estudo, uma vez que esse novo elemento demográfico acompanhava, de certo modo, as alterações causadas pela vaga pioneira no mundo rural paulista. Assim, se no início do século XX o café atraía todas as atenções, generalizando a grande fazenda e a paisagem do mar verde do café por todos os cantos, o que imprimia no mundo rural uma estrutura social em que o fazendeiro, tipo social dominante, polarizava-se com os colonos, meros substitutos da mão-de-obra escrava, essa simplicidade monótona deixara de existir por volta da década de 1940, quando o fracionamento das propriedades e a queda dos preços internacionais do café sugeriam novas soluções para a continuidade da colonização e do povoamento em São Paulo:
- À monocultura vai sucedendo a policultura, criando novas paisagens, mais variadas, novos gêneros de vida, também mais variados. Por outro lado, zonas que não foram atingidas pelo ‘rush’ do café, como o litoral, têm encontrado algumas oportunidades, ainda que modestas, de reerguimento, reintegrando-se na vida do estado; e, nessas zonas, que tinham ficado isoladas, também aparecem novas paisagens e novos gêneros de vida, algumas vezes *rejuvenescidos* pela influência da colonização estrangeira. O ‘pivot’ dessa transformação foi o fracionamento da propriedade e o desenvolvimento da policultura. Para estudá-la seria preciso, segundo cremos, partir do novo tipo de homem rural que agora toma pé e conquista seu lugar ao sol: o pequeno produtor policultor, ou seja, o *sitiante*. Eis, finalmente, o nosso assunto. Evidentemente, não pretendemos estudar o sitiante à luz de sua evolução histórica, econômica ou social: seria outra tese e de assunto que não é, diretamente, o nosso. O que nos propomos a fazer é estudar quem é esse sitiante do ponto de vista geográfico, ou seja, como se distribui, de que forma ocupa a terra, qual o seu gênero de vida, quais as paisagens por ele criadas. Em resumo, iríamos, dentro do ambiente rural, estudar o sitiante em duas regiões – a de povoamento antigo e a de povoamento recente, levando sempre em consideração o fator café e as diferenças do meio natural (Müller, 1951: 13).
- 38 Definido o tema, percebe-se que o esforço de delimitar a contento o que seria o viés geográfico não prescindiria dos empréstimos que necessariamente se fariam às chamadas

ciências afins, como a economia, a sociologia ou a antropologia social, o que a leva a tentar uma primeira definição de sitiante que de maneira surpreendente não se afasta muito dos termos até hoje utilizados nos trabalhos de geografia agrária para designar o chamado camponês: “é o pequeno produtor baseado numa organização familiar de exploração do solo que visa, direta ou indiretamente, a prover à sua própria subsistência” (Müller, 1951: 14). Avançando nessa definição, a geógrafa tenta refazer o trajeto de utilização do termo sitiante, localizando em que época da história brasileira a palavra passou a designar o pequeno produtor policultor preocupado com a subsistência de seu grupo familiar, em oposição ao grande produtor ocupado com a monocultura comercial da cana ou do café.

- 39 Tendo como fonte primária os relatos do viajante naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que visitou o Brasil no início do XIX, e se utilizando livremente dos escritos de Oliveira Viana (“Populações meridionais do Brasil”) e de Caio Prado Jr. (“Formação do Brasil contemporâneo”), Müller tenta rastrear nos documentos antigos o termo que mais se aproxima da noção de sitiante tal como ela se lhe colocava na década de 1940, pois somente ao final do século XIX a palavra surgira fazendo referência ao pequeno produtor rural que não era dependente da grande fazenda, como o agregado. Referindo-se às suas fontes primárias, a autora dá mostras do trabalho verdadeiramente historiográfico que desenvolve:

“A palavra ‘sitiante’ parece ter sido reservada desde os primeiros tempos de seu emprego, entre nós, para designar exclusivamente os pequenos lavradores independentes, pois que, nos mesmos textos, encontramos também referências ao agregado” (Müller, 1951: 26).

- 40 Por fim, após enumerar os fatores que agiram favoravelmente no desenvolvimento do tipo social do sitiante, como a fragmentação das grandes propriedades cafeeiras tanto nas zonas velhas de solos esgotados quanto nas novas zonas recém-conquistadas à natureza, a fuga dos proprietários para as cidades, que catalisou o desenvolvimento do arrendamento como forma de exploração indireta do solo, a formação dos núcleos coloniais de imigrantes e até mesmo a urbanização e a industrialização, que conferiram valor comercial aos produtos de abastecimento produzidos pelos sitiantes ao organizar um mercado interno, diz que o melhor critério para se definir o conceito de sitiante é “o de considerar a opinião do próprio homem do campo a respeito” (Müller, 1951: 27).
- 41 Desse modo, fundamentada nas pesquisas que efetuou diretamente no terreno, a geógrafa desenvolve um viés comparativo analisando os sitiantes encontrados em dois tipos de municípios: aqueles localizados nas zonas de povoamento antigo e os que habitavam o meio rural das zonas de povoamento recente ⁵. Para tanto, a autora dá-nos sua definição definitiva de sitiante: é todo e qualquer pequeno produtor rural que trabalha diretamente o solo com a ajuda da família e, muito ocasionalmente, com o recurso de uma mão-de-obra assalariada. Dito de outro modo, a definição de Nice Lecocq Müller, que leva em consideração o que chama de “fator café”, tomado como o principal parâmetro do nível de desenvolvimento econômico e demográfico por trás da divisão entre as zonas “velhas” e as zonas “novas”, pois que novas paisagens e novos gêneros de vida se desenvolveram a partir desta atividade, supõe que a principal condição do conceito de sitiante seja a exploração direta do solo e o volume da produção, ficando o regime desta exploração (mão-de-obra familiar, assalariamento ou as diversas formas de parceria e arrendamento) e mesmo a questão da propriedade da terra num segundo plano. Logo, o mais relevante na definição de sitiante é o tipo de exploração do solo desenvolvido por aqueles que

trabalham na terra, e, por isso, as distinções passíveis de se fazer entre os sitiantes proprietários e os não proprietários da terra em que trabalham, como os posseiros, moradores, arrendatários ou parceiros, é de menor importância, já que o interesse geográfico por esses elementos demográficos são as consequências resultantes do trabalho executado na criação dos quadros paisagísticos: “O critério [da propriedade da terra] não tem base em fenômenos geográficos, isto é, nas inter-relações diretas entre o homem e o meio” (Müller, 1951: 28).⁶

- 42 Já no capítulo sobre a vida econômica, Lecocq Müller nota que a sucessão de ciclos econômicos em São Paulo originou estruturas econômicas que não guardavam abertura para a integração do pequeno produtor, o que deixou os sitiantes à margem do mercado. Esse tipo clássico de sitiante praticando sua agricultura de subsistência, “o resultado da ausência das vias de comunicação” (MÜLLER, 1951, p. 109), tinha sua vida econômica “presa a um mercado estritamente local” (*Loc. cit.*), visto que o mais comum era o sitiante trocar algum excedente em espécie por sal ou instrumentos de trabalho nas vendas, casas de comércio de alcance local que servem de centro para a formação de um *habitat* cuja característica é a dispersão, seja a linear ou a coagular.
- 43 Concluindo, as paisagens criadas pelos sitiantes, que ainda estavam longe de atingir a estabilização, corresponderiam aos vários tipos de exploração, ocupação e técnicas praticadas pelos diferentes grupos, havendo muitos matizes entre os dois extremos representados pelas paisagens dos grandes domínios monocultores e a organização espacial fragmentada da policultura. Afinal, as paisagens das zonas novas, marcadas pela variedade derivada da própria conquista do solo, têm uma fisionomia paisagística distinta daquelas das áreas localizadas na retaguarda das frentes pioneiras, que apresentam as marcas da ocupação do solo escalonadamente em diferentes estágios de humanização da paisagem, cada degrau representando uma época da conquista:
- habitat*
- 44 A feição de relatório de campo que o trabalho deixa transparecer em inúmeras passagens é confirmada quando percebemos que diversos pontos indicados por Nice Lecocq foram posteriormente retomados e aprofundados por Monbeig no livro “Pioneiros e fazendeiros”. Em seu conjunto, os temas tratados por Nice Lecocq Müller guardam grande similaridade com o trabalho do francês, e isso até por seu objeto de estudo, qual seja, os traços paisagísticos introduzidos no mundo rural paulista pela fragmentação das grandes propriedades, o que dava base para o surgimento dos sitiantes, um elemento demográfico que, se não era totalmente desconhecido no estado de São Paulo, começava a ser notado em suas necessidades, bem como a fazer parte da vida econômica mais complexa introduzida com a urbanização e a industrialização, fatores novos que incentivavam especializações produtivas, sustentando uma divisão territorial do trabalho mais complexa ao criar um mercado fixo para a policultura secularmente praticada pelos grupos familiares que trabalhavam diretamente a terra.
- 45 Embora elabore um estudo de geografia regional de uma área litorânea, a Baixada do rio Itanhaém, José Ribeiro do Araújo Filho retoma muitos dos temas postos por Monbeig e Nice Lecocq Müller. Caracterizando a sua área de estudo como um “sertão bruto”, o que pode parecer estranho à primeira vista, caso tenhamos em conta a oposição generalizada no pensamento político-social brasileiro do período entre o litoral e o sertão (Souza, 1997) – conquanto isso não seja estranho à definição de sertão proposta neste trabalho, que o concebe mais como um espaço a ser conquistado, um qualificativo de áreas sujeitas a implantação de estratégias de dominação (Moraes, 2003) – Araújo segue seu orientador

formal, Pierre Gourou (1947), que ocupou por um ano o lugar deixado por Monbeig na cátedra de Geografia Humana após a volta deste para a França, em 1946, ao dizer que as florestas fechadas e o clima quente e úmido que definem essa paisagem como tipicamente tropical tornavam insalubre a baixada itanhaense, descrevendo um cenário natural que desafiava a penetração humana.

- 46 Como outras tantas baixadas tropicais despovoadas ao redor do planeta, a região de Itanhaém permanecia, pois, “sufocada” pelos fatores naturais, caracterizando-se, do ponto de vista da ocupação, por sua economia primitiva e por sua pouca civilização. Estabelecendo então uma comparação desta área com os planaltos ocidentais, que se abriam à valorização e ao progresso pioneiro do café, adequando-se à temporalidade do mundo desenvolvido, o autor demonstra claramente o peso que o pioneirismo tinha no equacionamento de seu estudo:
- 47 A baixada do Itanhaém é um dos muitos exemplos de baixadas tropicais, que o litoral brasileiro oferece, com toda a série de problemas que o quadro natural, ainda não vencido pelo homem, deixa perceber. Justamente num momento em que se fala da penetração do interior, simbolizada na tão explorada frase “a marcha para o oeste”, é interessante mostrar que temos ainda muitas terras para explorar na retaguarda, em zonas que, embora palmilhadas desde a colônia, ficaram à margem da valorização, mercê de uma série de circunstâncias. O curioso é que a maioria dessas zonas marginais se situa à beira-mar, particularmente no litoral paulista, porta de entrada da mais rica região brasileira (...). Questões de ordem puramente física (clima tropical super-úmido, florestas densas e emaranhadas, manguezais, zonas arenosas, solos difíceis de serem trabalhados), impediram o homem de ali criar riquezas compensadoras, de acordo com os métodos então usados (Araújo Filho, 1950: 8).
- 48 Seguindo a lógica expositiva consagrada nos cânones franceses, após ter descrito o quadro natural opressivo que a baixada litorânea sul-paulista representava para o estabelecimento dos grupos humanos, Araújo Filho dedica algumas páginas ao povoamento antigo e à população atual que davam vida aos núcleos de Peruíbe, Itanhaém e Praia Grande, destacando o primitivismo generalizado que ainda vigorava nas paisagens e nos gêneros de vida ali encontrados, o que lhe permite concluir que o tipo característico de habitante da região, o caiçara, “em nada procurou diferenciar-se de seus antepassados (...) este tipo de praiano não admite modificação no que ele herdou de seus avoengos: um gênero de vida primitivo e de acordo com o meio hostil que o rodeia” (Araújo Filho, 1950: 30). Ao considerar o caiçara paulista como um resquício de um passado que se quer superar, Araújo o qualifica como um elemento demográfico que se encontra em uma situação inferior tanto em relação a outros caiçaras, como os do Nordeste, quanto ao caboclo planaltino, que mesmo sem escolas ia se educando aos poucos “através do contato com certos fatores do progresso, como estradas de ferro ou de rodagem” (Loc. cit).⁷ E segue o autor:

Ao lado das paisagens naturais que o litoral paulista oferece à argúcia dos estudiosos, um tipo humano bem característico, completamente influenciado pelo meio e sem recursos para dele fugir, aparece, como que reproduzindo à beira-mar o tipo tão conhecido do “jeca” do planalto. De fato, o caiçara nada mais é do que uma variedade de caboclo, com algumas diferenças apenas do caipira de serra acima; diferenças essas que, mercê do meio em que vive, o obrigam a uma vida à primeira vista mais folgada, mas que na realidade é mais dura que a do seu irmão planaltino. Se o caiçara dispõe a seu favor de uma natureza relativamente pródiga, como mar e a floresta a lhe oferecerem alimentos, para aproveitá-los, contudo, tem de

desenvolver um trabalho que, devido à técnica primitiva, não lhe traz quase resultado (Araújo, 1950: 31-32).

- 49 Para Araújo, o clima hostil, aliado aos solos pobres e à técnica deficiente dos caiçaras, são os fatores que, combinados, tornaram-se obstáculos consideráveis para a verdadeira instalação humana. Com efeito, a antiga ocupação que teria dado origem aos caiçaras não era considerada uma colonização digna desse nome, mas apenas um povoamento primário que deveria ser superado, o que implicava considerar que essa faixa do litoral sul-paulista continuava à espera dos fluxos modernizantes que iriam libertá-la do domínio da natureza. Assim sendo, o geógrafo nota que o elemento que poderia ter atenuado essa situação de atraso e abandono não era a expansão cafeeira, que nunca se instalou nas terras do litoral de São Paulo, mas a introdução dos bananais no início do século XX, que estruturou aquilo que o geógrafo chama expressivamente de uma “zona pioneira litorânea”.
- 50 Desse modo, embora a população sazonal que periodicamente afluía para os bananais tivesse contribuído para melhorar consideravelmente a situação econômica da região, o semi-nomadismo dos trabalhadores não levou à baixada itanhaense uma colonização fixa, com o que o pioneirismo dinamizado nas zonas litorâneas não ocasionou uma alteração dos quadros naturais e uma modificação dos gêneros de vida, que teimavam em permanecer os mesmos. Em resumo, o homem não teria ainda conseguido dominar o meio tropical hostil à sua fixação, uma vez que a cultura da banana, por ser “baseada em métodos que absolutamente não condizem com os modernos princípios de racionalização do trabalho” (Araújo Filho, 1950: 10), falhou em transformar os quadros naturais de Itanhaém em paisagens humanas modernas.
- 51 Tendo se desenvolvido com rapidez sobretudo a partir da década de 1920, quando os bananais deixaram a região de Santos e São Vicente, a zona pioneira itanhaense não proporcionou riqueza e desenvolvimento à sede municipal, porquanto sua zona agrícola, através da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, ligava-se diretamente a Santos, numa operação típica de transferência geográfica de valor (Moraes, 1994).⁸ Após o esgotamento dos solos de Santos e São Vicente, os empresários da banana, dentre os quais o próprio pai de Araújo ocupava posição de destaque, tomariam decisão idêntica à dos cafeicultores do planalto, partindo em busca de novas áreas de solos férteis, ação que ao fim e ao cabo conferiu territorialidade própria a verdadeiras zonas pioneiras localizadas ao norte e ao sul de Santos.
- 52 Na verdade, a expansão das lavouras da banana é o fator ao qual se deveria imputar a consolidação da ocupação de extensos trechos do litoral paulista, uma vez que seu cultivo contribuiu para a criação de um novo tipo de riqueza que incentivou o desbravamento de muitas áreas litorâneas que se conservavam até então em um estágio de letargia, como então se dizia. Por outro lado, o enquadramento dessa questão ficaria incompleto caso não se notasse o surto de construções feitas nas áreas de mangue, que após 1940 cederam espaço para a edificação das casas de veraneio dos turistas do planalto, nicho de negócios que cresceu assustadoramente principalmente depois de 1950, quando foi terminada a Via Anchieta. Realmente, ao se referir às modificações ocorridas no núcleo antigo de Itanhaém, Araújo novamente exemplificava de que maneira o fenômeno do pioneirismo planaltino poderia ser tomado como parâmetro desejável para a evolução e desenvolvimento, e isso tanto para os meios rurais como para os urbanos:

Aqueles aspectos tão próprios das cidades novas paulistas, verdadeiros milagres urbanos saídos do espírito empreendedor dos pioneiros planaltinos, onde, ao lado

das residências, muitas vezes de madeira, já se encontram armazéns, lojas, confeitarias, cinema, etc., tudo no mesmo ritmo de desenvolvimento e de vida, fazem contraste com o evoluir vagaroso da Itanhaém de hoje (...). Conquanto existam grandes diferenças entre as zonas pioneiras litorâneas e as do planalto, quer no que diz respeito aos métodos, quer nas suas consequências, nelas se encontram alguns aspectos comuns. Por exemplo, no litoral as terras são “griladas” como as do planalto; também são elas ocupadas pela lavoura extensiva para fins comerciais, de maneira que glebas devassadas há dez ou quinze anos são logo deixadas para trás como pouco produtivas, à medida que se vai avançando num desbravamento sem limites. Belo exemplo desse pioneirismo destruidor, iniciado em pleno século XX em vários trechos de nossa costa, nos é dado pela Baixada do Itanhaém, onde, há justamente vinte anos, o homem vem desenvolvendo uma das maiores áreas bananeiras do país (Araújo Filho, 1950: 51-59).

- 53 Por fim, o geógrafo pontua que embora a região por ele estudada possuisse um dos povoamentos mais antigos de todo o Brasil, uma vez que o núcleo original de Itanhaém foi o segundo núcleo fixo de povoamento fundado por Martim Afonso na capitania de São Vicente, no ano de 1549, ela está ainda à espera de uma reação do homem ante ao meio hostil, pois a zona litorânea paulista, que não acompanhava o progresso do planalto, necessitava da adoção de novos métodos de trabalho para que suas paisagens fossem completamente humanizadas. Da mesma maneira que Monbeig, Araújo também parece considerar que o processo de organização espacial era mediado pelo trabalho, isto é, que a humanização das paisagens estava atrelada à valorização do espaço. Por isso, a circunstância de a maior parte da população instalada nessa área ser constituída pelos caçaras, tornava-se, pois, uma das provas inequívocas de que o domínio exercido pela natureza caracterizaria as paisagens regionais, que conseqüentemente eram consideradas atrasadas quando comparadas com o restante do estado de São Paulo:
- 54 Mas a geografia moderna nos ensina que, mesmo nas regiões mais ingratas ao estabelecimento do homem, pode este, através da ciência e da técnica, e de um trabalho constante e bem dirigido, fazer verdadeiros milagres na sua reação contra os elementos naturais (...). Entre nós, porém, continuam as baixadas litorâneas no esquecimento, em resultado da famosa “marcha para o oeste”. Já é tempo, pois, de fazermos qualquer coisa em prol de zonas que, mesmo difíceis de serem trabalhadas, estão em situação privilegiada quando comparadas com as longínquas terras do Centro-Oeste ou da Amazônia. Devemos, antes de mais nada, explorar, dentro dos métodos racionais de trabalho, os vazios que se encontram ainda na retaguarda dos nossos grandes centros, colonizando-os, o mais breve possível. Povoando nossas baixadas litorâneas, estaremos não só criando novas riquezas, como, particularmente, provado que nas zonas tropicais também o homem branco pode criar civilizações. (Araújo Filho, 1950: 9).
- 55 O trecho supracitado é revelador. Nele, pode-se observar que o trabalho científico do geógrafo, partindo de informações coletadas diretamente no terreno, poderia ser uma ferramenta útil para a análise de situações problemáticas do ponto de vista do desenvolvimento, valorizando a ciência e a técnica como forma racional de se obter sucesso na colonização e povoamento de áreas consideradas naturalmente hostis à instalação dos grupos sociais. Esse traço da geografia, a “ciência da colonização” por excelência, como a considerava Isaiah Bowman (1931), um dos únicos autores textualmente citados por Monbeig em sua tese de mais de 400 páginas, influenciou o juízo de Araújo em suas avaliações sobre a faixa tropical paulista, que contrastava com o desenvolvimento alcançado na franja pioneira planaltina. Para o futuro titular da cátedra de Geografia do Brasil, uma ocupação produtiva do espaço seria a solução ideal para

transpor a barreira interposta à evolução pela hostilidade do meio natural, uma vez que ao lado dos fatores de ordem física, como o solo e o clima, também os fatores de ordem humana, expressos nos métodos utilizados pelos trabalhadores, contribuem para conferir a algumas áreas um aspecto de abandono e decadência.

- 56 Ao fim e ao cabo, os trabalhos analisados conseguem pôr numa mesma chave os elementos antes descritos como os mais representativos do enquadramento proposto por Monbeig, tais como a valorização das temporalidades, a importância das técnicas na organização das paisagens humanas e o protagonismo das vias de comunicação para a integração do território.⁹ Conforme tentamos evidenciar, os traços comuns existentes entre os trabalhos de Lecoq Müller e Araújo Filho, que poderiam se multiplicar caso fosse possível enveredar na apreciação de outras obras e autores, são por demais ilustrativos, com o que ficamos inclinados a referendar que houve mesmo em São Paulo a constituição de um grupo de trabalho afinado com os ensinamentos geográficos obtidos na década de 1940, período que marca a atuação de Pierre Monbeig na Universidade de São Paulo. Nessa direção, o fenômeno do pioneirismo e a expansão da colonização e do povoamento impulsionado pelo café cumpriram o papel de temas unificadores, conferindo aos geógrafos uspianos, por vezes de maneira indireta, um horizonte ideal de análise para seus trabalhos de doutoramento.
- 57 Por outro lado, a importância dos fatores econômicos no processo de organização das paisagens, mesmo que utilizado a partir de um viés que carrega uma indisfarçável linearidade, como se pode inferir do recurso aos ciclos econômicos para qualificar a estrutura social existente em outras épocas, alça a questão da circulação e da integração entre as distintas regiões a um primeiro plano, abrindo àqueles que se aventuram a contar a História da Geografia novas possibilidades para a compreensão de como o processo de formação territorial e de consolidação do capitalismo brasileiro aparecia nas descrições explicativas dos geógrafos dessa geração.

BIBLIOGRAPHY

ANDRADE, Manuel Corrêa (1987). *Geografia – ciência da sociedade*. Recife: UFPE.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (2005). A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. In: *Anais do museu paulista: história e cultura material*, v. 13, n. 2, São Paulo, jul/dez, pp. 21-72.

ARANTES, Paulo (1997). Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otilia Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *O sentido da formação – três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de (1950). *A Baixada do rio Itanhaém – Estudo de Geografia Regional*. Universidade de São Paulo n. 116, Geografia n. 5. São Paulo.

ARRUDA, Maria A. (2004). Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. In: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, n. 1, pp. 107-118.

- BERDOULAY, Vincent. *La Formation de L' École Française de Géographie (1870 - 1914)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1981.
- BERNARDES, Nilo (1982). A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 44, n. 3. Rio de Janeiro, IBGE, jul/set, pp. 519-527.
- BOWMAN, Isaiah (1931). *The pioneer fringe*. New York: American Geographic Society.
- BRANDÃO, Gildo Marçal (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec.
- BURKE, Peter (1997). *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP.
- CANDIDO, Antonio (1987). *A educação pela noite – e outros ensaios*. São Paulo: Ática.
- DARBY, Henry Clifford (1953). On the relations of geography and history. *Transactions and papers, Institue of British Geographers*, n. 19, pp. 1-11.
- DEMANGEON, Albert (1942). *Problèmes de géographie humaine*. Paris: Armand Colin.
- DEFFONTAINES, Pierre (1952). *Geografia Humana do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil
- DOSSE, François (2004). *História e ciências sociais*. Bauru: Edusc.
- ESCOLAR, Marcelo (1996). *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec.
- FERREIRA, Darlene A. O. (2002). *Mundo rural e geografia. Geografia agrária no Brasil (1930-1990)*. São Paulo: Ed. UNESP.
- FRANÇA, Ary (1951). *A ilha de São Sebastião – Estudo de Geografia Humana*. Tese de Concurso à cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____ (1960). A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras. Guia da excursão n° 3, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: CNG.
- GOUROU, Pierre (1947). *Les pays tropicaux: principes d'une géographie humaine et économique*. Paris: PUF.
- HARVEY, David (2004). *Justice, nature and the Geography of difference*. Oxford: Blackwell Publishing.
- MAIA, João Marcelo Ehlert (2008). *A terra como invenção – O espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MONBEIG, Pierre (1940). *Ensaio de geografia humana brasileira*. São Paulo: Livraria Martins.
- _____ (1952). *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo*. Paris: Armand Colin.
- _____ (1957). *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- _____ (1984) *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo (1980). *A geografia no Brasil: avaliação e tendências (1934-1977)*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP.
- MORAES, Antônio Carlos Robert (1988). *Ideologias geográficas – Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- _____ (1994). Fixação de valor e capital fixo. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 72, São Paulo: AGB.
- _____ (2002). *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

- _____. (2003). O 'sertão': um outro geográfico. In: *Terra Brasilis*, ano III/IV, n. 4/5, Rio de Janeiro: GTHPG.
- _____. (2011). *Geografia Histórica do Brasil – capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume.
- MÜLLER, Nice Lecocq (1951). Sítios e sitiantes de São Paulo. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* n. 132, Geografia n. 7. São Paulo.
- NOGUEIRA, Carlo Eugênio (2012). Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo geográfico no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 5, p. 315-335.
- _____. (2013). *O lugar a fronteira na Geografia de Pierre Monbeig*. Tese de Doutorado: DG/FFLCH/USP.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi (2000). *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG.
- _____. (2011). Natureza e identidade: o caso brasileiro. In: *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC- Rio*, n. 9, ago/dez, pp. 123-134.
- ORTIZ, Renato (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- RONCAYOLO, Marcel (2006). Tempos geográficos e construção dos espaços na análise de Pierre Monbeig. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, H. (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira – A dinâmica da transformação*, Bauru: Edusc.
- SANTOS, Milton (1994). *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. (2002). *A natureza do espaço. Técnica. Tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- _____. (2010). *A urbanização desigual. A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp.
- SMITH, Neil (2008). *Uneven development – nature, capital, and the production of space*. Athens/London: The University of Georgia Press.
- SOUZA, Candice Vidal (1997). *A pátria geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia:UFG.
- SORRE, Maximiliem (1984). A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, Francisco Januário (org.). *Max. Sorre – série grandes cientistas sociais (geografia)*. São Paulo: Ática.

NOTES

1. “Pour être compréhensive et explicative, la géographie humaine ne peut pas s’en tenir à la seule considération de l’état actuel des choses. Il lui fait envisager l’évolution des faits, remonter dans le passé, c’est-à-dire recourir à l’histoire. Beaucoup de faits qui, considérés en fonction des conditions présentes, nous paraissent fortuits, s’expliquent dès qu’on les considère en fonction du passé. L’histoire ouvre de vastes horizons sur le passé qui a vu se succéder tant d’expériences humaines. Sans elle, la raison de ce qui existe nous échapperait souvent (...). Voilà pourquoi les travaux de géographie humaine contiennent toujours beaucoup de recherches historiques, et pourquoi les géographes se rencontrent souvent, dans les dépôts d’archives, avec les historiens. Pour expliquer les faits qu’il observe, le géographe ne doit pas se contenter de les situer rationnellement dans l’espace ; il faut aussi qu’il les projette dans le passé. Aussi doit-il savoir se servir des documents historiques et savoir aussi où il peut les trouver” (Demangeon, 1942 : 33).

2. “A plantação de café tal como nos descreve Pierre Dennis em seu “Brasil no Século XX”, tal como existe ainda, é um vasto domínio diante do qual o historiador não pode deixar de pensar nos domínios feudais. Tal paisagem exprime portanto uma estrutura social caracterizada e uma economia ainda colonial em muitos de seus traços. Em 1939 a paisagem paulista sofreu transformação completa (...) Não somente a paisagem se anima pelos coloridos variados das diversas culturas, como se povoa pela divisão da grande fazenda: os pequenos proprietários ou mesmo os meeiros que tomam o lugar do antigo fazendeiro, vencido pelas crises econômicas (...) Nas zonas novas da Noroeste ou de Marília, encontram-se lado a lado a fazenda tradicional com seu cafezal e as casas isoladas dos colonos japoneses, construídas a meia-encosta, acompanhando a curva de nível. Coexistência de dois tipos de “habitat”, de duas estruturas sociais que se concretizam na paisagem (...) Extraordinária variedade atual das paisagens paulistas, que bem pouco corresponde o que esperava o europeu, à fé de narrativas já velhas de 25 anos, mas que é o reflexo das profundas e surdas revoluções agrárias. Duas épocas da história paulista, dois tipos de paisagens paulistas” (Monbeig, 1940: 247).

3. Nesse caso, seria importante verificarmos a mudança ocorrida no entendimento da população e espaços sertanejos nesse período, pois se durante o primeiro governo de Getúlio Vargas a extrema diversidade das regiões brasileiras pôde ser tomada como pura positividade, com os sertões sendo encarados como o repositório da verdadeira identidade nacional, a partir da década de 1950 as singularidades culturais de cada região, exemplarmente expostas pelos gêneros de vida dos tipos tradicionais da população, passam a ser consideradas como indicadores de subdesenvolvimento e atraso, entendidos então como o epítome das características nacionais que a expansão da economia, da industrialização e da urbanização iriam remediar (Moraes, 2011).

4. “Matéria de ensino, a geografia é também um instrumento moderno que pode servir eficazmente as coletividades públicas ou grupos privados. A pesquisa geográfica é suscetível de aplicação e a opinião dos geógrafos mereceria, muitas vezes, ser ouvida. Não se veja nisso estranha novidade! Da mesma maneira que se admite dever-se consultar um geólogo antes de se construir uma barragem, o economista antes de se desenvolver um ramo de produção, e até mesmo um sociólogo antes de se legislar sobre a imigração, acabar-se-á por considerar normal a consulta ao geógrafo. Qual é o valor prático duma pesquisa geográfica? (...) Deve-se isto ao fato de que, por toda a parte surgiu e se impôs o problema da organização do território da forma mais racional possível, da melhor forma de ocupação do solo a fim de aumentar a produção e melhorar a produtividade. Ora, ninguém mais indicado que o geógrafo para fazer inquéritos onde podem surgir decisões concernentes a esses problemas. Se, precisamente, o geógrafo estuda as relações complexas dos meios naturais e dos grupos humanos em sua localização e em função de sua área espacial, é ele, por excelência, o técnico da organização do espaço. Mas não basta organizar o espaço, é preciso organizá-lo bem (...). Mas, atenção! Impõe-se prudente reserva. A participação dos geógrafos a esse tipo de inquérito não exclui a participação de outros especialistas. O geógrafo não é onisciente e o que lhe cabe é apenas um lugar numa orquestra, mas não é ele toda a orquestra!” (Monbeig, 1957: 20/22-23. Grifo nosso).

5. “Em resumo, iríamos, dentro do ambiente rural, estudar o sitiante em duas regiões – a de povoamento antigo e a de povoamento recente, levando sempre em consideração o fator café e as diferenças do meio natural. Pretendíamos assim obter, dentro desse domínio em que inter-relações geográficas são mais diretas – o meio rural – uma análise comparativa de como elas se processam em relação ao sitiante, quer onde são antigas quer onde são recentes, sofrendo, ou não, a influência de um passado ou de um futuro cafeicultor” (Müller, 1951: 16-19).

6. “Por trabalhar direta e pessoalmente na terra, e por fazê-lo com a ajuda da família ou de alguns empregados assalariados, o sitiante distingue-se, de um lado, do pequeno proprietário absenteísta e, de outro, do fazendeiro. No primeiro caso, se o pequeno proprietário não tem ligações diretas com a terra, não é, pelo homem do campo, considerado com sitiante. Lembro-me de ter perguntado se uma pessoa nessas condições cabia dentro do conceito e a resposta foi:

“Não, ele é o dono do sítio, mas não é sitiante; ele mora na cidade.” (...). Essas diferenças, porém, apesar de seu inegável interesse, não são capazes de, por si só, criar classes geográficas de sítiantes” (Müller, 1951: 28-32).

7. “Ora, isso não acontece no litoral. O caíçara, tipo que até hoje está à margem da civilização, mesmo quando teve ocasião de entrar em contato com o progresso, nada aproveitou. É que sobre ele pesam mais de dois séculos de vida rudimentar e de abandono. Há mais de um século que se abrem zonas pioneiras ininterruptamente nas terras do planalto; que se colonizam com contingentes novos, nacionais ou estrangeiros, áreas enormes de São Paulo; que se fundam cidades, abrem-se estradas, criam-se, enfim, riquezas cada vez maiores. Nada disto, porém, foi conhecido do caíçara, que, na sua limitada zona, só entrou em contato com a natureza hostil” (Araújo Filho, 1950: 30).

8. Falando sobre o marasmo que tomava conta do núcleo urbano de Itanhaém mesmo com o desenvolvimento da cultura da banana, afirmava Araújo: “Nem a estrada de ferro que a liga a Santos desde 1915, nem os bananeais que se formaram em seu reduzido *Hinteland*, deram-lhe forças para reagir. Embora Itanhaém possuísse nos últimos vinte anos as zonas pioneiras mais importantes do litoral, com a criação em seus arredores de uma riqueza representada por mais de 4 milhões de touceiras de bananeiras, nem assim, à sede municipal se poderia dar, sob o ponto de vista comercial, o título de capital regional. É que aquela imensa riqueza agrícola se solara na baixada interior, estabelecendo relações diretamente com Santos, apenas transitando pela cidadezinha em viagem para o grande porto exportador, sem nada lhe deixar” (Araújo Filho, 1950 : 48-49).

9. A propósito, no primeiro texto que Monbeig escreveu sobre a zona pioneira de São Paulo, em 1937, já é possível perceber como o seu entendimento do fenômeno do pioneirismo podia ser aplicado como um parâmetro de avaliação para se compreender as modificações que ocorriam em outras localidades: “Com efeito, se a zona fronteira onde, pela primeira vez, o homem tenta implantar suas culturas é nitidamente definida no norte do Paraná, ao longo da Sorocabana, a partir de Presidente e em redor, como para além de Marília, o termo zona pioneira poderia ser usado por muitas outras regiões paulistas: acompanhando o litoral, que foi o centro de povoamento na época colonial, mas que tinha adormecido, aparentemente para sempre, assiste-se hoje a uma retomada de posse do solo, ou, como seria mais certo escrever, uma tomada de posse do solo, porque a floresta cobriu inteiramente os antigos cafezais e plantações de cana; na costa norte, perto de São Sebastião, uma imensa plantação de frutas foi feita às expensas dos mangues, assim como no sul do estado; na costa meridional, a colonização japonesa faz reviver um dos antigos focos de colonização portuguesa. O vale do Paraíba, que foi a primeira grande zona cafeeira do estado, que se despovoou durante meio século, está de novo valorizado, quer pela criação, quer pelos arrozais, quer pelas plantações de laranjas, e suas cidades mortas ressuscitam” (Monbeig, 1940: 50-51).

ABSTRACTS

Partindo da análise da obra de Pierre Monbeig, tenta-se compreender em que medida alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos contidos na noção de franja pioneira foram internalizados e retrabalhados pela primeira geração de geógrafos universitários formada em São Paulo, especificamente nos trabalhos de Nice Lecoq Müller e José Ribeiro de Araújo Filho, fornecendo

um parâmetro avaliativo para a apreciação do processo de formação territorial de São Paulo e do país.

This paper seeks to examine how the explicative frame held in the pioneer fringe's studies of french geographer Pierre Monbeig have been internalized and reworked on the research developed by Nice Lecoq Müller and José Ribeiro de Araujo Filho, both part of the generation of students that came after him in São Paulo University, providing an evaluative parameter for the explication of Brazilian process of territorial formation.

Partiendo del análisis de la obra de Pierre Monbeig, intentase comprender en qué medida algunos de los presupuestos teóricos y metodológicos contenidos en la noción de franja pionera fueron internalizados y retrabajados por la primera generación de geógrafos universitarios formada en São Paulo, específicamente en los trabajos de Nice Lecoq Müller e José Ribeiro de Araújo Filho, ofreciendo un parámetro evaluativo para la apreciación del proceso de formación territorial de São Paulo e de Brasil.

À partir de l'analyse de l'oeuvre de Pierre Monbeig, cet essai se propose d'identifier comment le cadre théorique contenue dans le concept de frange pionnière ont été internalisé et travaillé par la première génération des géographes formé à Sao Paulo, en particulier dans les travaux de Nice Lecoq Müller et José Ribeiro de Araújo Filho, fournissant un paramètre pour l'évaluation du processus brésilienne de formation territoriale.

INDEX

Geographical index: Brasil

Mots-clés: Frange Pionnière, Formation Territoriale, Histoire de la Géographie

Keywords: Pioneer Fringe, Territorial Formation, History of Geography

Chronological index: 1930-1950

Palabras claves: Frentes pioneros, formación territorial, historia de la geografía

Palavras-chave: Frentes Pioneiras, Formação Territorial, História da Geografia

AUTHOR

CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis